

## OS TEMPOS DO SAL (1200-1850)

### Aurélio de Oliveira\*

*Resumo:* O papel do sal no circuito mercantil do Porto, como actividade vital ao giro mercantil e a sua evolução na longa duração

#### I. Considerações prévias:

1. Será uma redundância a afirmação de que o sal, isto é, a produção do sal tem uma relação directa e próxima com o clima. Não há sal de mar nos climas frios e húmidos. O sol, as altas temperaturas, os climas secos, com períodos de insolação alargados ao longo do ano, algo batidos pelo ventos são fadados para uma boa produção salineira. Fica posta a condição geral basilar.

2. Todavia, as alterações de curta duração ou as afecções climáticas pontuais, que afectam sobremodo as culturas agrícolas condicionando as sementeiras os períodos e as colheitas, originando por vezes fomes e cataclismos sociais graves, pouco ou mesmo quase nenhum reflexo podem vir a ter na produção salineira. Geralmente poderão ter efeitos marginais ou quase insensíveis. Só a ocorrência de períodos anuais sempre adversos, permanentemente chuvosos ou chuvosos e frios ou excepcionalmente nebulosos poderão ter aqui algum reflexo.

3. Por outro lado, essas inflexões anuais são de muito difícil verificação sobre o sal. Ou há registos qualitativos expressos em memórias ou livros de razão (raríssimos entre nós), ou as variações anuais traduzidas pela oferta ou mesmo pelos preços são de muito difícil detecção, porque o volume da produção e a quantidade da oferta dependem, aqui, de factores que nada têm a ver com condições climáticas, a saber: a procura, seu aumento ou diminuição, e o efeito da stokagem que pode suprir, por anos até, a eventual diminuição da produção natural. Assim, para este produto o paradoxo é claro: relação umbilical com o clima, pouco ou muito pouca relação com as variações imediatas de muito curta, curta ou média duração. Na longa duração, o aumento permanente e praticamente sempre avolumado de factores exógenos torna difícil a detecção directa mesmo nos períodos mais alongados ou contrariando recessões provocadas por condições naturais. O alargamento das áreas de produção pode ser uma resposta à quebra natural e ao menor rendimento por unidade. Na verdade, uma quebra natural pode ser suprida, escondida ou “enganada” por um maior investimento humano e de mão de obra. Assim, teríamos que pautar os movimentos

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Temas de Investigação: economias e sociedades rurais; comércio; indústria – Época Moderna.

por factores heterógenos decisivos: O crescimento populacional, a alteração ou a emergência de novos hábitos de consumo e sua vulgarização como as conservas - do pescados às carnes - antes da utilização industrial do sal para outras finalidades.

4. Posto isto, resta-nos perguntar se as variações seculares ou multi seculares não terão aqui condicionado mais directamente a produção. A resposta é, quanto a nós, novamente que sim, ou muito plausivelmente que sim. E, de facto, o apagamento ou diminuição de algumas áreas produtoras e a emergência de outras ao longo do tempo longo assim o parece indicar. Mas deixo os poucos factos verificados no quadro nacional à consideração e à discussão.

5. Temos vindo a traçar desde 1979, o quadro geral das variações climáticas nacionais que tem vindo a receber sucessivamente mais dados e confirmações na base de elementos directos que o testemunho das fontes, raras e poucas, nos tem proporcionado, recolhendo também o contributo de outros que, sobretudo desde então, vêm coligindo e anotando as referências sobre o bom ou o mau tempo, essencialmente na base do metodologia episódica – que outra não tem sido possível entre nós. Os dados constam, como temos vindo a revelar e a citar, no trabalho (a publicar) *Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850*.

É dele que aqui nos servimos em brevíssima síntese que, por sua vez, poderá receber um contributo de referência de longa duração com o que se possa melhor apurar sobre o sal, sempre com as reticências que aqui apontamos. Na verdade, em tão largo período de tempo só muito raramente encontrámos referência directa do tempo ou do mau tempo para o sal (mas que, por isso também, nos anos ou períodos em que aprecem, não deixam de ser muito significativas e altamente indicativas, como já diremos e veremos).

6. Neste tipo de movimentos ou comportamentos as semelhanças são mais manifestas nos grandes quadros que nos pequenos, geradores de micro climas ou de variações pontuais muito localizadas e restritas.

Dispensamo-nos de chamar aqui a atenção para as discronias e pequenos comportamentos regionais que ao nível dos micro –climas terão de ser tomadas em atenção. A Europa, do Mediterrâneo à Europa Nórdica não é, de facto, homogénia. E as modelações de arrefecimento ou de aquecimento têm impactos e importância dispare consoante estas diferentes regiões.

7. Escusamos também de referir que dentro destas modelações surgem curtos períodos de sinal contrário, isto é, anos de sinal e comportamento contrários da tendência seca e fria ou quente ou húmida, aos quais há que estar atentos ao nível dos comportamentos mais curtos ou das afecções anuais, de consequência por vezes igualmente grandes a nível da colheitas agrícolas e das populações (que não estamos agora aqui a analisar).

## II. As tendências de longa duração. As sugestões do clima.

Vindo de uma modelação fria, o comportamento geral mostra tendências para se alterar em toda a Europa por alturas de 1050-1200 (entrando num período climático geralmente mais benéfico, quente ou moderadamente quente que se irá manter, grosso modo, até aos anos trinta quarenta do Século XIV (1330-1340), esgotando-se essa fase por meados desse Século.

Os anos que decorrem daí até cerca de 1460 estão novamente conotados com arrefecimentos mais ou menos intensos pelos diversos quadros geográficos europeus atingindo sobretudo as partes atlânticas e setentrionais.

Outra inversão importante aparece nos tempos posteriores mostrando uma variação secular de aquecimento que tende a esgotar-se por 1550-1560, desta vez causando as partes mediterrânicas por vezes com anos excessivamente quentes e / ou rigorosamente secos. Por alturas dos anos oitenta (1580-1590) assistir-se-á, possivelmente, à onda de frio mais intensa que não se tinha ainda observado em nenhum dos tempos até aqui considerados. Uma *pequena idade glacial* que em termos multi-seculares se manterá sobre a Europa até cerca de meados do Século XIX, e que irá castigar de modo talvez mais intenso (pela sua permanência, isto é, maior repetição de anos frios e chuvosos) todo o século XVII, como aconteceu com os anos particularmente húmidos depois de 1640-45 e com uma onda de frios mais agravados a partir de 1675-77 - anos de intensos nevões. Por todo o lado, a situação manter-se-á nessa modelação até ao primeiro quinquénio de Setecentos. Não obstante, há uma pausa com anos geralmente quentes ou até excessivamente quentes e húmidos na década de oitenta e até cerca de 1693-94 marcando, desde aí, uma solidadura do século particularmente grave do ponto de vista alimentar e das colheitas em geral essencialmente marcada por essas condições climatéricas.

Todo o século XVIII será marcado por uma melhoria sensível. Estamos de facto perante um aquecimento geral particularmente quente durante a década de oitenta (mas com 1782 muito frio) que tende a esgotar-se novamente pelos anos da subsequente década de 1790. Entre 1792 e 1796 a inflexão para os anos frios, por vezes excepcionalmente frios, volta a marcar-se castigando novamente os anos da soldadura e que se remata pelo período dos mais intensos frios talvez jamais vistos na Europa ultrapassando em rigor os mais graves da década de 90 do Século XVI. Apenas aqui mais um testemunho: o do naturalista Conde de Hoffmansegg que percorria o País (1797-1801) como outros que dão igual testemunho desses anos: pelos fins de Maio princípios de Junho de 1800 ainda a região centro conservava as neves por derreter. Ver-se-ia mesmo impedido de visitar alguns locais da Serra da Estrela. Onde ainda permanecia em mantos de três a nove pés de espessura. "A neve nunca de demora tanto tempo por estes locais a grande quantidade caída era um fenómeno tão extraordinário que os mais velhos não se lembravam de terem visto tal. Deste fenómeno eram causa os invernos rigorosos de 1798 e de 1799 a 1800". Foram anos adversos ou muito adversos ainda e também muitos do primeiro vinténio de Oitocentos.

Para os anos de 1816-1817 (deixados alguns anteriores), retenha-se o importante testemunho de Franzini, o qual os documentou observando o estranho fenómeno (creio que nunca mais repetido até hoje) de enormes massas de gelo terem descido até alturas dos Açores provocando uma vaga de frio que atingiu toda a terra portu-

guesa:

“Logo em 1816 se observou “o singular fenómeno do derretimento do gelo do Polo Boreal. Enormes massas de gelo convertidas em ilhas flutuantes, algumas das quais com mais de 200 pés de altura desceram no Atlântico até ao paralelo 40, (espalhando uma vaga de frios que atingiu toda a costa portuguesa). Estranho fenómeno! “há mais de 400 anos, nunca visto” (e, desde aí, nunca mais observado). Ano frio atingindo todo o verão. As frutas não amadureceram. A ano de 1817 foi duramente castigado pela seca “dos mais escassos de quantos es conheceram no reino; os mais felizes colherão (apenas) a semente”.

Em Lisboa, é raro nevar. Está fora das terras frias. O seu clima é mais mediterrânico que atlântico ou continental. Pois há testemunhos recorrentes que a neve caiu aí com frequência neste período de anos. Desde os anos de Noventa e primeiros do Oitocentos. O ano de 1806, foi muito frio. Os nevões de 1805 foram tão grandes e persistentes que as neves se demoraram pelas Beiras e terras continentais por meses queimando definitivamente todas as árvores de fruto mesmo as mais resistentes ao frio. (Quer dizer, tomando os meses de Abril /Maio e bem possivelmente ainda parte de Junho).

Anunciavam-se os piores anos desta curta série: o ano de 1820 seria extraordinariamente frio. Nas Beiras a temperaturas desceram a pontos nunca vistos. Os vinhos chegaram a congelar em tonéis de mais de 80 almudes (c. de 4 pipas). As quantidades de neve caídas na Serra da Estrela foram tão grandes que, por meses, todos os caminhos se tornaram impraticáveis, interrompidas as já fracas comunicações do centro e Províncias do norte do Reino.

Novas dificuldades climáticas 1822-23.

Nos anos seguintes continuou a série das intempérie adversas. Assim em 1826–28, com o ano extremamente seco de 1827 para culminar nos anos verdadeiramente enregelados de 1829 e 1830. Eis um testemunho directo de um nosso patrício: “Desde Dezembro até ao fim chegou o frio a tal intensidade que não lembra a grandes idades”. Anos, na verdade, verdadeiramente glaciares: o Rio Minho chegou a coalhar-se nas suas enseadas e defronte da cidade de Orense chegou a altura da água congelada a 4 e 5 palmos de altura. Frios continuados pelo ano de 1830. Finalmente, foi tão excessivo o frio que para navegarem os barcos no rio Minho, e mesmo no Douro, era necessário irem homens adiante quebrando o grosso gelo vendo-se muitos muges mortos no mesmo gelo. As hortaliças, diversas árvores de fruto ficaram queimadas e a falta de moagens e “outros objectos necessários à vida experimentavam notável danificação nestas terras do Norte”. Em Lisboa morreu-se do excesso do frio e “em vários sítios, entre eles na cidade da Guarda, o termómetro Réaumur desceu bem abaixo dos zero graus” (i. é, -22-23 graus C negativos ou possivelmente mais). O Rio Mondego gelou e todos os regatos na Beira Baixa. Gelarão as batatas, os nabos, os vinhos e, o que é mais, a própria aguardente se congelou! “Grande foi o frio de 1782 mas este de 1830 tem tido uma maior série de dias”.

Ainda, e finalmente, para o ano de 1839: ano de verão muito chuvoso com um Outono igualmente húmido e frio e de que resultou a perda de produção no Entre Douro e Minho, deixando na indigência os pobres e muitos lavradores desta Província. O mesmo para Trás os Montes e muitas outras terras do País.

Para conclusão sobre os tempos que aqui nos importam, eis no que poderíamos

acompanhar para o conjunto termométrico das observações europeias: “entre 1800 e 1850 registou-se ao mesmo tempo o verão mais frio em 1816 e o inverno mais gelado - 1829-1830”.

### III. Os tempos do sal.

Que terá tudo isto a ver com a produção de sal?

Não vamos, certamente, buscar aqui as principais causas da variação da produção salineira portuguesa ou europeia. Há outras muitas causas a tomar em consideração. Mas algumas coincidências são tentadoras e não deixarão de constituir panos de fundo de referência.

Mantendo-nos na ordem das sugestões, talvez mesmo longínquas sugestões, permito-me chamar a atenção para três períodos da produção nacional deixando à reflexão e à crítica essas mesmas sugestões.

1. Deixadas as referências a salinas no litoral Norte para os tempos anteriores, elas surgem com maior frequência a partir do Século XI, e daí começaram depois a repetir-se outras referências aos centros salineiros ainda que em pequenas unidades. Depois de meados do Século XIII, acumulam-se as referências por vários locais. Desde o Minho ao Vouga, passando por Caminha, Viana, Esposende, Fão Vila do Conde, Leça, Matozinhos, Gaia, Massarelos. Avolumam-se, sobretudo, em Aveiro, depois Lisboa e Setúbal ou Alcácer e Setúbal. Todavia, anote-se como a existência das de Gaia - Massarelos - Porto se terão implantado em época tardia - segundo Virgínia Rau (Rau. 57) mas bem azada em termos climáticos - meados do Século XIII em que se terá atingido talvez o período mais quente que decorrerá até à década 30-40 do Século XIV. E será pela mesma época que as da zona centro com Aveiro, como principal núcleo, surgem com maior força e importância. E o mesmo se diga das da Figueira - Foz do Mondego.

Nesta última fase terminava-se a tarefa da Reconquista com todo um conjunto de circunstâncias favoráveis para o incremento económico, mas estávamos, como vemos, em tempos particularmente propícios para a extensão da actividade salineira até em áreas não muito fadadas para o efeito como eram as do Portugal atlântico- como se documenta desde Gaia Matozinhos, e Leça e outras partes. Poderíamos talvez concluir, sem pretender aqui deixar de lado a ponderação de outras causas, que os meados e segunda metade do Século XIII, coincidirão com os melhores momentos climáticos que se observaram até ao Século XVI. O momento favorável deste impacto, maior relevância teve em toda a área da bacia do Tejo.

Entretanto, o que se verificava enquanto os tempos tendiam a substituir os calores favoráveis pela onda de frio e anos húmidos e chuvosos que se desencadearão desde os anos trinta / quarenta do Século XIV?

As marinhas do norte apagam-se ou vão-se apagando praticamente por entre alguma produção, que permanece mas em franca diminuição. (Volto a referir a necessidade de ponderar outras importantes causas). Entretanto, essa onda de frios e humidade não terá afectado tão gravemente as do Sul, isto é, aquelas que, de facto, es-

tão já fora dos limites climáticos do Portugal atlântico, definido em termos gerais por Orlando Ribeiro. E estas com a perda da produção do Norte, em diminuição, reforçam a sua produção.

Bem entendido que a produção de sal nunca deixou de fazer-se de meados do Século XIV a meados do XV, activada também por causas exógenas importantes por sobre um crescendo que se vem acentuando já bem perceptível durante a segunda metade do século XV favorecida por circunstâncias favoráveis sejam ordem política, técnica e económica ou outras, como referimos.

Caídos, mas depois saídos, desse período pouco favorável do ponto de vista climático, é curioso notar que o grande surto salineiro de Setúbal com Aveiro em grande evidência, emergirá com outra força e outra importância pelos inícios do Século XVI quando, desencadeado um comportamento inverso do ponto de vista climático desde os anos sessenta do Século anterior, se atinge uma expressão mais evidente desse período de aquecimento generalizado: um notório período bem favorável depois de passar ainda por algumas contrariedades pontuais pelos finais do Século XV. Eis o que se testemunha pontualmente acerca de ano de 1481: "por las muchas agoas que ovo en Francia e en Portugal... en causa dello...ovo gran mingoa de sal (cit. em Rau. 280. nota 3) e se constata ainda (também pontualmente) nos primeiros anos do Século XVI, em que se testemunha ainda "as salinas, não dão novidade" por causa das condições climáticas adversas como se diz das de Aveiro nos inícios do Século XVI, testemunhando, na realidade, uma situação mais generalizada (Rau. 85).

O Século XVI a partir dos primeiros anos marcará de modo claro a nova inflexão. O Século XVI é um século da expansão salineira. Vários factores para isso contribuiriam também. Deixemo-los, para considerar a presença um período climático também altamente propício. Os tempos favoráveis que grandemente beneficiaram as marinhas do Portugal mediterrânico (novamente, sublinhamos, ainda que accionadas por outros mais factores). Pelo Portugal atlântico já se tinha praticamente apagado produção salineira que sucessivamente se foi tornando mais débil.

O Porto ainda por tempos continuou a fazer sucesso com o trato do sal, mas não era do sal do seu alfoz. Sim principalmente de Aveiro. E até portuenses houve que tornaram senhores de salinas, não nas redondezas do burgo, mas por Aveiro e outras partes. Mais uma vez, fora do coração do Portugal atlântico. E é certo que o monopólio do Porto sobre o sal (com balizas assaz localizadas e definidas) também veio acondicionar produção local. Apagando umas que lhe eram insuficientes ou que lhe provocavam algum estorvo à actividade complementar da salga) explorava e tentava controlar outras "abusando" do seu poder político e económico. Todavia, as grandes condicionantes físicas parece que tinham traçado também esses destinos.

Esse surto é claro em Aveiro e zona centro mas é-o também em Setúbal como no Algarve. Aqui, por 1532, as marinhas - e apenas as pertencentes à Alcaidaria Mor de Tavira- somavam uma extensão considerável - onde se lavrava, então, muito sal. (Delgado da Silva. 1763-1774. 403).

Arriscado ou abusado, associar o surto salineiro, do século XVI, por todo o lado verificado, com estas novas condições?

Mas os tempos irão mudar e, desta feita, bem marcadamente. Em Portugal bem documentados durante o último quarto de Quinhentos.

Uma onda de frio será desencadeada tendo-a os estudiosos definido, até, como um pequeno surto glacial em toda a Europa. *A little ice age* algum efeito terá tido na produção nacional (e não só) agora nas áreas essencialmente salineiras nacionais. Parece, até, que em alguns desses anos quase não produziriam para o abastecimento do próprio mercado interno. Eis um dos raros testemunhos dessa contracção pontual na produção de sal coincidente com os anos muito adversos do segunda metade do Século XVI principalmente de 1574-1575 e daí em diante: “Este ano valeo o sal nesta cidade do Porto a 150 reis o alqueire - o que nunca se viu” (Francisco Dias, 22) confirmado pelas Vereações da mesma cidade ao registarem, em Março de 75, a falta de sal pela carestia do tempo e pelo trato que dele se fazia para fora da Cidade. Razão: o muito pouco sal que neste ano se fabricara em Aveiro (por causa do mau tempo (logo, do ano de 1574) (António Cruz, Doc. p. XXXV). “Visto o muito pouco sal que ouvera em aveiro e outras partes onde se costuma ffarzer” (Idem, XL). Porém, o ano quente seco de 1577, fez crescer a produção e os preços baixariam em conformidade (Idem, CXLV).

Em termos macro, os finais do século XVI, veriam alguns clientes nórdicos a deslocar-se para os centros mediterrânicos mais a sul, isto é paragens mediterrânicas. E até Cabo Verde, aparece pela primeira vez buscado por ingleses e holandesas para abastecimento de sal onde se deparam com inesperada abundância (Rau. 154-155; 162-163). Parece que acentuando a alteração, os anos de 1585 são de falta geral de sal por todo o lado nas zonas salineiras, afectando sobretudo as zonas atlânticas (Rau. 152-153).

As más condições fizeram escassear o sal em partes várias de França (do Norte pelos anos de 1596-98 – anos climatericamente muito graves e perturbados). É bem possível que aqui estejam também algumas das razões para que alguns clientes o vão procurar e buscar, pela primeira vez às Caraíbas (Idem 174; 235-236, citando Engel E. Sluiter) que se impuseram cada vez mais os primeiros anos difíceis do Século XVII.

Apenas problemas políticos e estratégicos decorrentes do confrontos e impedimentos de Filipe II? Fruto apenas das legislação filipina e das tributações filipinas?. O preço subia. Apenas por efeito do bloqueio e outros entraves, aliás, referidos por contemporâneos mas não atentos às imposições dos factores inertes em História ou deles se não dando conta, ou também por diminuição efectiva da produção com o gravame ou a pressão de uma procura crescentes?

Não obstante essas causas circunstanciais, na verdade, importantes, respondam como quiserem. Os dados aqui ficam. As dificuldades do efectivo agravamento climático desencadeado por esse *pequeno surto glacial*, tinha ensinado já outros caminhos, embora o sal português continuasse ser muito importante. E se as partes mediterrânicas portuguesas ainda suportam bem ou, até, lucram com a queda de produção por alguns lugares, o certo é que outros mais a Norte se viram (sem guerras nem os entraves filipinos) verdadeiramente afectadas como é o caso estudado da Bretanha (Delafosse - Laveau).

Há problemas políticos e de rivalidades económicas nacionais ou regionais, mas o cônsul francês em Lisboa confessa por 1585 que “de dez a doze anos a esta parte se vinha sentindo a falta de sal pela França do Norte”. (Cit. em Rau. 152) dando conta de uma conjuntura desfavorável, continuada ou muito repetida. E por outros locais produtores as safras seriam extremamente baixas como geralmente aconteceu

nos finais da Década de Noventa (v.g. 1597-99. Rau. 163. Cf. também Michel Molat).

Falámos das vicissitudes gerais do Século XVII. Passêmo-las. Eis como se refere Rau, aos tempos do Século XVII: *Vicissitudes e decadência do comércio do Sal de Setúbal* (Idem. 162 e segs.). A autora não refere quaisquer parâmetros enquadrantes desta natureza embora noutro passo reconheça o directo impacto destes agentes: "A produção estava sujeita a crises intermitentes da produção motivada quer por maus anos de safra quer por períodos de colheitas abundantes relacionadas com imprevisíveis mutações climáticas" (Rau, *Estudos sobre o Sal*. 132-133) sem estabelecer, porém, quaisquer quadros de fundo referenciais.

Não sabemos se são apenas motivos de concorrência, se de baixa de produção e queda dos salários, com a contrapartida de melhores recompensas em outros centros salineiros, mas as medidas de 1695 e 1696 proibindo a saída de marnoteiros das marinhas nacionais, "marnoteiros que saiam movidos do leve interesse de alguma melhoria de salario"; (Andrade e Silva, 364-365 - Lei de 15 de Fevereiro de 1695), logo complementada. Em 27 de Março de 1696 alargando as medidas e proibindo a presença de estrangeiros nas labutas das marinhas de sal nacionais, acusando a decadência destas), poderá ser também enquadrado por perdas verificadas. E, na verdade, por 1692 muitas marinhas de Aveiro parece que estavam também sendo alagadas. Ordenava, por isso o monarca diligências e remédios para o mal do abandono "por necessidade do sal" (Doc. em Rocha Madahil, *Milenário de Aveiro. Coleção de Documentos Históricas*. Aveiro. 1959). E é um facto também que o novo Regimento do Sal da Setúbal de 1703 (em cima desta mesma conjuntura física), dá conta de considerável degradação das salinas e do salgado na região. Mais uma vez, não se buscarão as causas principais nos elementos para os quais estamos chamando a atenção (na verdade, carecem outras explicações), mas, de facto, voltamos a ter enquadramentos físicos exógenos importantes ou, pelo menos, muito curiosos.

Passemos, sem mais, à ponta final do Antigo Regime. O enquadramento dos finais do Século XVIII e princípios do XIX aparece como tentador ou mais tentador. Temos várias vezes referido e sublinhado a presença de uma crise generalizada, com dissonâncias nos vários sectores e gravidades diferentes, consoante as actividades e, por seu turno, com a afectação muito desigual dos diferentes segmentos sociais.

As causas gerais terão que ser, mais uma vez, buscadas nesse quadro geral global de degradação da economia portuguesa que vai estando presente depois de 1785 e se agrava praticamente por todo os sectores depois de 1792 e depois desde os últimos anos do Século, entrando ainda por Oitocentos de modo mais grave.

Uma outra dimensão no sector industrial ou mesteiral situa-se, precisamente, no sector das indústrias marinhas e poderá, quiçá, ser enquadrada por condicionalismos físicos específicos bem documentados.

É novamente certo que uma variada gama de factores e circunstancialismos terão de ser, nova e necessariamente, chamados a capítulo para explicar a decadência verificada e que atingiu sobremodo as pescarias nacionais, frustradas as tentativas de reconversão deste sector tentado pela política pombalina (Vide Oliveira, *O Algarve e Póvoa de Varzim*).

Ora, o que se sabe para já, é a presença de um quadro de dificuldades generalizadas sobre as marinhas portuguesas a maior parte das quais se encontra em graves dificuldades, na realidade, decadentes por esta altura. Pelo menos os dados e a relação da situação deixada por Lacerda Lobo (que as percorreu), assim o mostra. (E estes dados não parece terem merecido correcção até hoje). As de Aveiro encontram-se na maior decadência; as da Estremadura se encontram também em decadência e as do Algarve em decadência ou mesmo em grande decadência Lobo *Memória sobre a História das marinhas*. 268;269-270; 272; 279-80; 296 e outras. Vide também, Delgado da Silva, *Collecção de Legislação*,. (vol. 1763-1774 e vol. 1788-1791)

Mais uma vez, não vamos procurar aqui a razão principal desta situação, por que, de facto, há outras causas bem concretas que para isso contribuiriam e que, aqui, naturalmente, se omitem.

## Conclusão

Foi meu intuito, apenas, chamar atenção para *os tempos do sal* e para possível impacto (por leve que tenha sido) decorrente da simultaneidade destas situações deixando-as e pondo-as à reflexão. Sempre, e tão só, como meras sugestões sobre a produção salinera nacional - actividade de mutações tão lentas, tão sujeito a outras variáveis, tão insensíveis e nas quais o circunstancialismo económico, demográfico e os “azares” da política como ainda o impacto de outros factores físicos como o assoreamento das barras ou dos rios (mas, por sua vez, não totalmente imunes a estes condicionalismos - como se aceita óbvio), parecem, de facto, terem tido o papel mais determinante ou também determinante.§

## Bibliografia sumária

NB: o enquadramento histórico do dados climáticos com bibliografia alargada, em *Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850*, onde constam também todas as referências documentais.

**Almeida**, Carlos Alberto Brochado de, *Salinas Medievais entre o Cávado e o Neiva*. Em “Bracara Augusta”. Vol. XXXIII. N.º. 75-76.1979

\_A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média. Em “I Seminário Internacional sobre o Sal português”. IHM.UP. Porto. 2005.

**Amorim** Inês, *Aveiro e os Caminhos do Sal*. ( Séc. XV-XX). Câmara Municipal de Aveiro. 2001.

**Bernardo**, H. de Barros, *Marinhas ignoradas da Estremadura. As Salinas de Peniche*, Em *Revista Etnos*. T. V. 1966.

**Barros**, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. T. IX Ed. Torquato Soares. Lisboa. 1950.

**Barros** José Joaquim Soares de, *Considerações sobre os grandes benefícios do Sal em particular do sal de Setúbal*. “Memórias Economicas da Academia Real das Ciências”. Lisboa. T. I. 1789.

**Cruz** António, *Algumas Observações sobre a Vida Económica e Social do Porto nas Vésperas de Alcácer Quibir*. Porto. 1967.

**Delafosse** (Cl). e **Laveau**, (M). *Le commerce du Sel de Brouage au XVII. siècle*. Paris. 1960.

**Dias Francisco**, *Memorias Quinhentistas dum Procurador de El-Rei no Porto*. Ed. Magalhães Basto. Por-

to. 1937

**Emmer Pieter C.**, *The Dutch salt and sugar trades. 1585-1650.* Em “I Seminário Internacional sobre o Sal português”. IHM.UP. Porto. 2005.

**Lobo**, Constantino Botelho e Lacerda Memória sobre a História das marinhas em *Portugal*.. Em “Memórias de Literatura Portuguesa”. T. V. Lisboa. 1793.

\_ *Memória sobre as marinhas de Portugal* Em “Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias”. Lisboa. T. IV. Lisboa. 1812.

\_ *Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo* “Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias”. Lisboa. Lisboa. T. III. 1791.

- *Memória sobre o estado das as pescarias da costa do Algarve no anno de 1790.* “Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias”. Lisboa.. T. V. Lisboa. 1815.

**Ladurie**, Emmanuel Le Roy - *Histoire du Climat depuis l’an mil.* Paris. 1967.

**Losa** António, A extracção de sal a Norte do Douro. Estudos Medievais. Em “Bracara Augusta”. vol. XLVI. N. ° 98/99 1995/96.

**Madahil** A G. da Rocha, Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos. Aveiro. 1959.

**Mauro**, Frédéric, Le Portugal et l’Atlantique au XVII Siècle. 1570-1670. Paris. 1960.

**Mollat**, Michel, *Le Rôle du sel dans l’ Histoire.* PUF. Paris.1968.

**Hoffmansegg**, Conde de, *Voyage en Portugal.*(1797-1801) rédigé par M. Link. Paris. 1805.

**Oliveira** Aurélio de, Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850. *No Prelo.*

\_ Póvoa de Varzim e os centros de salga na costa Noroeste nos fins do século XVIII. Póvoa de Varzim. 1985.

\_ O Algarve no contexto da “guerra do pescado” no tempo de Pombal. Sevilha. 1986.

\_ Do Porto a Pontevedra. Os tratos no Noroeste peninsular. (Séc. XIII-XVII). Pontevedra. 2000.

**Rau** Virgínia, Estudos sobre a História do Sal Português. Lisboa. 1984.

**Sampaio**, Alberto. Estudos Históricos e Económicos. Lisboa. 1929.

**Sluiter** Engel E., Dutch-Spanish rivalry in the Caribbean area.1594-1609. Em “The Hispanic American Historical Review”. Maio. 1948 Vol. 28. N. 2.

**Silva** António Delgado da, *Collecção de Legislação Portuguesa.* 1763-1774;.1775-1790; 1791-1801.

**Silva** J.J. de Andrade e, *Collecção de Legislação Portuguesa.* 1683-1700. Lisboa. 1859.